

Guerra, Isabel (2006) *Participação e Acção Colectiva, Interesses, Conflitos e Consensos*, Ed. Principia, S. João do Estoril

Alda Teixeira Gonçalves

Análise, Decifração, Interpretação e Reflexividade

Este livro coloca-se do lado do investigador, que é confrontado com a necessidade de analisar os múltiplos olhares, vivências e interações de um crescente número de actores (institucionais e não institucionais) que se movem quotidianamente numa complexa teia de relações sociais e interferem colectivamente no objecto de análise desejado – decifrar onde, como e porque se concretiza ou não a mudança social.

O seu objecto de estudo parece ser o planeamento, um planeamento objectivamente suportado na participação, mas também em enfoques teóricos e metodológicos de enquadramento e reflexividade. Trata-se de um conceito amplamente citado e central, referindo a autora que “*o planeamento estratégico é considerado como um método sistemático para gerir a mudança*”. (Guerra, 2006, 157).

Ora à medida que o leitor vai seguindo o percurso do livro descobre que é justamente a “mudança” o cerne da questão, isto é, o que intriga e move os questionamentos da autora, tendo sempre presente que são os sujeitos quem opera essa mudança, aquém e além dos processos de planeamento, da diversidade das formas de participação e das negociações necessárias.

De facto, Isabel Guerra apresenta uma definição que importa reter “*a mudança, como exigência permanente de adaptação do sistema (e dos subsistemas) às variações do ambiente e às necessidades de equilíbrio interno, transforma-se em negociação e a necessidade de estabelecimento de consenso torna-se um fenómeno central das sociedades, qualquer que seja o nível a que se coloque. Assim, as formas de negociação para a formação de consensos estão no centro das formas de acção colectiva, relacionadas com a intervenção em espaço público.*” (Guerra, 2006, 34).

Transforma-se num manual precioso para todos quantos partilham preocupações de decifração

de uma sociedade cada vez mais complexa, globalizada e simultaneamente fragmentária, quer nas opções tomadas em termos de políticas públicas, quer nas opções técnicas, quer nas escolhas cidadãs, porque o olhar que olha o seu objecto de análise, está intimamente ligado ao “lugar que ocupa”. É talvez por isto que este manual deveria também interessar aos directamente implicados na diversidade de processos e níveis de governação existentes no País, isto é, quem assume compromissos políticos.

A democracia participativa, as parcerias, a acção colectiva, o desenvolvimento e a governação são palavras-chave que se cruzam ao longo da obra e fazem parte de um complexo jogo, que se joga num tabuleiro analítico – o da estratégia de actores – para consolidarem a compreensão sistemática das diversas abordagens possíveis relativas ao planeamento da “acção pública” que, embora aqui e ali se reporte à dimensão do urbano, se constitui como um pano de fundo mais global ou como um contributo inegavelmente globalizante.

O trabalho em parceria é hoje inevitável e uma positiva fonte de recursos se clarificados a cada momento os papéis de cada parceiro e desenvolvida a confiança, com base na transparência e em objectivos comuns.

A importância atribuída à gestão estratégica da informação parece tornar-se fundamental numa análise exigente dos “interesses, conflitos e consensos” pelos quais se movem os diversos actores relevantes na gestão de determinada mudança concreta (qualquer que seja a dimensão territorial de análise em causa).

No 2.º capítulo do livro, são apresentados alguns paradigmas sociológicos que possuem diferentes perspectivas e permitem distintos recursos interpretativos complementares como contributo para o que a autora designa como “*uma teoria da acção colectiva*”.

Assim, a **teoria da mobilização de recursos** (TMR) que, desde logo, assenta na crença da

racionalidade do sujeito (seja individual ou colectivo). Emergiu na Universidade de Michigan, constituindo-se como um paradigma relevante nos anos 70.

Os seus argumentos principais remetem para a existência de uma “capacidade estratégica de acção dos actores”, que tende para a mudança social, sendo recusados os “determinismos” que possam constituir forças de bloqueio a tal mudança.

O “poder” é integrado como uma dimensão relacional “normal”, já que se encontra inevitavelmente presente nas relações sociais, influenciando negociações e gerando perdas e ganhos.

No âmbito desta teoria e seguindo a sua evolução temporal é possível identificar três eixos de desenvolvimento, em termos de compreensão da “acção colectiva”, como a teoria dos jogos, que permite identificar situações de cooperação e/ou de conflito; a teoria da acção colectiva de Olson e a designada “abordagem estratégica” de Crozier e Friedberg.

A teoria dos “novos movimentos sociais” (NMS), contrariando alguns dos argumentos da TMR, procura o sentido da mudança social, partindo do conjunto de actores “em transgressão” face às normas vigentes. Trata-se de uma teoria que “(...) *interroga os actuais «sistemas de acção» significantes para essa nova produção dos sentidos sociais, encontrando nas novas manifestações colectivas – face ao racismo, a ecologia, a luta contra a exclusão social, etc. – os germens da nova sociedade emergente.*” (Guerra, 2006, 11) Os principais autores de referência são Touraine (França), Pizzorno e Merlucci (Itália) e Habermas e Offe (Alemanha).

Neste âmbito são discutidas problemáticas actuais que se centram em “teorias da acção”, possuem diversas perspectivas face à noção de movimento social e a “*intervenção sociológica*” constitui a metodologia mais conhecida, proposta por Touraine. Segundo a autora, esta “(...) *intervenção sociológica é concretizada através de uma auto-análise, feita pelos próprios dirigentes do movimento social, da sua acção. (...) A natureza da acção constitui o objecto do método de intervenção sociológica, independentemente dos processos de mobilização e da conjuntura histórica.*” (Guerra, 2006, 79).

A teoria dos quadros de referência, americana, assenta numa perspectiva construtivista, considerando que a “*sociedade é um resultado com-*

plexo da acção dos actores e que estes a constroem a partir de quadros de referência gerados como resultado das suas experiências de vida.” (Guerra, 2006, 11, 12) Esta teoria emerge com David Snow e os seus estudantes na Universidade do Texas, EUA (anos 80).

Neste contexto, o entendimento da acção colectiva passa pela identificação de “*frame theories*” que cada indivíduo possui e que, individual ou colectivamente, formam “conjuntos de predispositivos geradores das lógicas de acção.” (Guerra, 2006, 12)

Acrescente-se que esta teoria se desenvolveu a partir das contradições patentes na TMN, propondo alternativas assentes no quadro conceptual da Escola de Chicago.

As suas perspectivas face à acção colectiva consideram que “*todos os actores são portadores de significação*” e que a “*produção de identidade colectiva*” no seio de uma organização (e da própria sociedade) se efectua em torno de objectivos comuns.

Em termos metodológicos privilegia-se o trabalho etnográfico e os estudos de caso, assim como análises de conteúdo de entrevistas e documentos.

No caso do **paradigma da participação**, também conhecido como corrente da “democracia participativa”, assenta numa “(...) *releitura dos limites da democracia representativa e na defesa da necessidade de a complementar com a democracia participativa.*” (Guerra, 2006, 12) Observa-se assim a importância fundamental duma politização da vida quotidiana, assente numa crítica à diversidade de formas de dominação e às desigualdades, fundamentando uma “pedagogia da emancipação colectiva”, da equidade e justiça sociais. Neste âmbito, os principais autores referenciados são Boaventura de Sousa Santos e Friedman.

Trata-se de uma perspectiva que radica na necessidade de encontrar novas formas de decisão e acção colectiva, quer devido a uma crise de legitimidade do próprio Estado, quer devido a uma crescente acção reivindicativa por parte dos actores, mas sobretudo devido à complexidade e multiculturalidade dos problemas que é preciso resolver.

Este paradigma, nomeadamente quando utilizado por técnicos do planeamento e interventores sociais, requer capacidades de mudança quer nas

formas de pensar, quer no exercício profissional, pela exigência e domínio de outros métodos e técnicas não tradicionais.

Por último, no terceiro capítulo é possível encontrar a explicitação de técnicas de “análise da estratégia de actores”, começando com técnicas de identificação dos actores mais relevantes e passando por técnicas de análise das interacções que se estabelecem entre esses actores. Esta análise da estratégia de actores aplicada ao desenvolvimento local e à intervenção social é importada do mundo empresarial e organizacional.

Este tipo de análise assenta na identificação de *“pessoas, instituições ou grupos envolvidos nos processos de planeamento e noutros projectos de intervenção e aprofundar as características, motivações e mobilização da participação, face aos seus objectivos.”* (Guerra, 2006, 103).

Assim se constitui a base de análise dos interesses, dos conflitos e dos consensos, encontrando-se neste manual as propostas de matrizes que permitem, na prática, a identificação dos actores, do seu envolvimento e respectivos recursos, entre outras. São ainda referenciadas diversas técnicas de análise das interacções e das relações entre os diversos actores.

De facto, a importância dos actores, individuais ou colectivos não pode ser esquecida numa dinâmica crescente de construção da acção colectiva que se revela a diferentes escalas territoriais e em diferentes estruturas, motiva a constituição de parcerias e a intervenção social em rede.

Na realidade as dimensões analíticas e reflexivas da Sociologia aplicadas ao planeamento e ao desenvolvimento encontram nesta obra um excelente campo que abre uma diversidade de perspectivas de trabalho.